

UM SERENO MESSIANISMO

Escritos até hoje inéditos de Antonio Conselheiro apresentam o líder de Canudos como uma figura bem diversa do fanático milenarista pintado por Euclides da Cunha **JERÔNIMO TEIXEIRA**

EM 1895, em certa manhã de maio, frei João Evangelista de Monte Marciano enveredou por becos de uma pobre mas florescente aldeia erguida às margens do Rio Vaza-Barris, na Bahia, em busca do líder religioso do lugar. Antonio Vicente Mendes Maciel recebeu o capuchinho com gentil tranquilidade. Respondeu às perguntas de João Evangelista e ouviu seus argumentos: era imperativo seguir o exemplo da Igreja Católica e submeter-se ao regime republicano. O capuchinho invocou a autoridade de São Paulo, que em sua Carta aos Romanos diz que o cristão deve respeitar o poder constituído, pois não há “potestade que não venha de Deus”. Mas Antonio Conselheiro só reconhecia autoridade divina no imperador deposto. Na vila de Canudos — que os devotos chamavam Belo Monte — nem se permitia a circulação da moeda corrente do Brasil republicano. João Evangelista abandonou Canudos sem ter alcançado seus propósitos. Três dias depois de sua partida, em 24 de maio, a confiar na data anotada em um velho caderno hoje conservado na Universidade Federal da Bahia, Antonio Conselheiro deitou ao papel meditações sobre sua fé. Daí resultou um precioso regis-

tro do pensamento do líder do arraial de Canudos. Só agora, passados mais de 120 anos, esses escritos são publicados, em uma caixa com dois livros, *Antonio Conselheiro por Ele Mesmo*.

A peça central da caixa, composta um ano e meio antes da primeira das quatro expedições militares enviadas para destruir Canudos, intitula-se *Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a Salvação dos Homens*. Traz uma cópia fac-similar do manuscrito — nem todo de próprio punho do autor: testemunhos dizem que o Conselheiro às vezes ditava para que outro escrevesse —, acompanhada de transcrições na grafia original e no português atualizado.



ANTONIO CONSELHEIRO POR ELE MESMO, de Antonio Conselheiro e Pedro Lima Vasconcellos

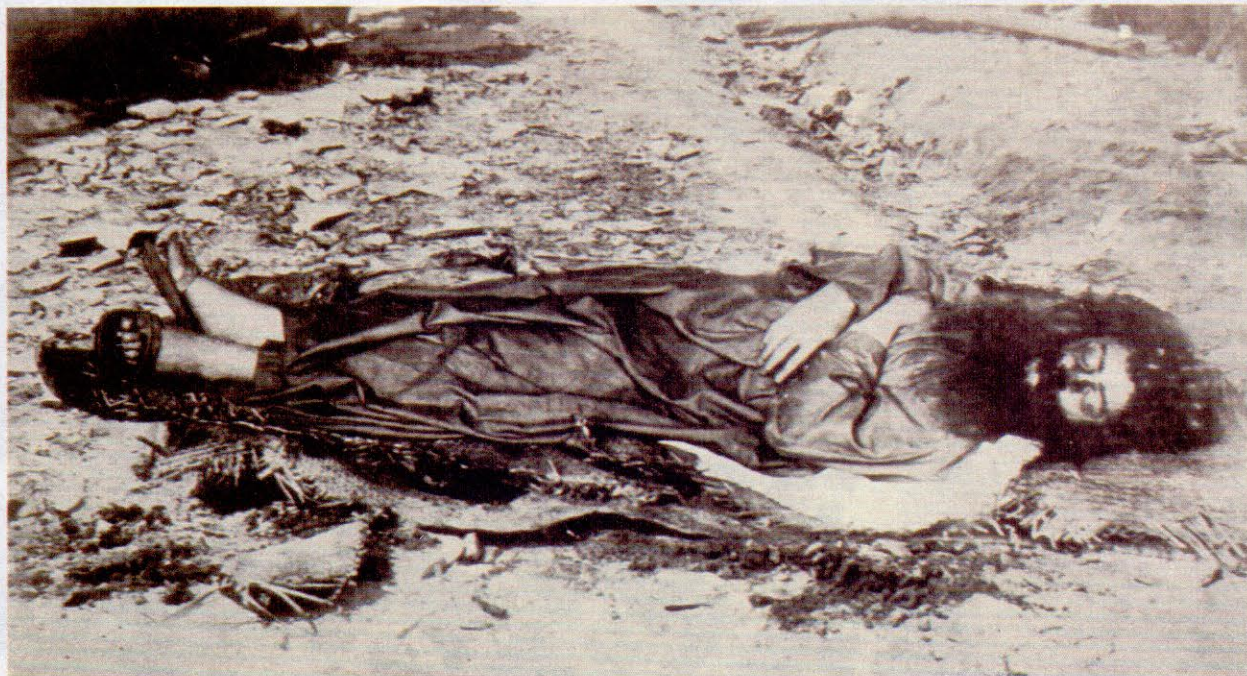
(É Realizações; 760 páginas em dois volumes; 139,90 reais)



APONTE A CÂMERA PARA ESTAS PÁGINAS E OUÇA O TEXTO DESTA REPORTAGEM



O DIA DEPOIS DO CRIME
Sertanejos aprisionados pelo Exército em Canudos: eles não ansiavam pelo fim do mundo



INIMIGO DA REPÚBLICA O provável cadáver de Antonio Conselheiro: obediência só aos poderes que vêm de Deus

Transcrição e edição foram trabalho do historiador Pedro Lima Vasconcellos, da Universidade Federal de Alagoas, também autor do segundo volume da caixa, *Arqueologia de um Monumento*, cuidadosa análise do livro inédito.

Nos anos 70, por obra do estudioso Ataliba Nogueira, já fora editado um outro caderno de escritos do Conselheiro, datado de 1897, ano em que o Arraial de Canudos foi massacrado pelo Exército. Há trechos que se repetem nos dois cadernos. Ainda assim, os *Apontamentos* constituem uma novidade: encontra-se ali um Antonio Conselheiro diverso do líder messiânico e milenarista consagrado pela tradição. E nada sugere as patologias psiquiátricas e degenerescências raciais que Euclides da Cunha atribuiu ao Conselheiro no clássico maior sobre a Guerra de Canudos, *Os Sertões*.

Será difícil encontrar aqui as “aberrações católicas”, o “fetichismo bárbaro” e o “misticismo feroz e extravagante”

de que fala Euclides. No geral, o estilo é sereno, plácido, até enfadonho. Não há profecias sobre a transformação do sertão em praia e da praia em sertão, nem se prefigura o retorno de dom Sebastião, o jovem rei português morto na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Os temas sobre os quais o Conselheiro discorre são convencionalmente católicos: os dez mandamentos — há uma prédica para cada um deles —, a missa, a confissão, a paixão de Cristo, entre outros. Na prédica dedicada à “Justiça de Deus”, o tema é o Juízo

Surpreende ver o Conselheiro citar doutores da Igreja, como Tomás de Aquino e Agostinho

Final — mas não há nenhuma indicação de que o autor acreditasse na iminência do apocalipse: recomenda-se apenas que os fiéis “deixem a estrada da perdição e entrem na vereda da vida”, preparando-se para a hora da morte. No texto sobre o adultério, as restrições morais destinam-se às mulheres, que devem ser “dentro de suas casas zelosas; fora delas recatadas”. Sexista, diríamos hoje. Mas não é nada de tão extravagante para os valores da época.

Nos cadernos publicados por Ataliba Nogueira, havia um sermão contra a República. Nos *Apontamentos*, a recusa ao novo regime se faz pelo silêncio. Na breve prédica “Sobre a obediência”, o Conselheiro parece aceitar o argumento de São Paulo que João Evangelista evocara em Canudos: todo poder vem de Deus. Portanto, deve-se obedecer “ao Pontífice, ao Príncipe, ao Pai”. O presidente não consta dessa sequência de pés, o que configura, como observa Pedro Lima Vascon-

cellos, uma omissão eloquente. Outra omissão curiosa: no mesmo caderno em que figuravam os *Apontamentos*, havia uma cópia manuscrita do Novo Testamento, que permaneceu incompleta. O copista interrompeu seu trabalho na Carta aos Romanos, e exatamente no parágrafo anterior àquele em que Paulo manda que os cristãos aceitem os poderes instituídos.

Talvez o mais inusitado seja ver o homem que Euclides chamou de “gnóstico bronco” recorrer a excertos de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, entre outros doutores da Igreja. Não, Antonio Conselheiro não terá jamais lido as *Confissões* ou a *Suma Teológica*. Buscou essas citações sobretudo em duas obras de proselitismo católico: *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques

Pereira, e *Missão Abreviada*, de Manoel José Gonçalves Couto. Vasconcellos descobre extensos trechos dessas obras hoje obscuras copiadas nos *Apontamentos* — mas também demonstra que essa não era uma cópia servil: mudanças, cortes e interpolações variadas dão ao texto do Conselheiro sentidos que não se encontram em suas fontes. *Missão Abreviada* é um livro de antipática rigidez doutrinária. O Conselheiro, muito diferente, preferia exortar o amor de Jesus Cristo a amedrontar com a visão dos suplícios eternos do inferno.

Se os *Apontamentos* nunca foram publicados ou devidamente estudados antes, diz Vasconcellos, isso se deve à falta de sensibilidade dos historiadores brasileiros — fossem eles próximos do positivismo em que se formou Euclides

da Cunha, fossem eles filiados ao marxismo — para o pensamento religioso. E a religião de Antonio Conselheiro teria, sempre segundo o historiador, uma clara dimensão política: *Arqueologia de um Monumento* tenta estabelecer nexos entre a fé amorosa e solidária que transpira dos *Apontamentos* e o tipo de sociedade que se estabeleceu em Canudos. Na plácida voz que se escuta nesses escritos, porém, será quase impossível ouvir o bravo vigor guerreiro com que seus fiéis resistiram ao poder bélico concentrado da República. À luz desse documento, a eliminação de Canudos talvez pareça ainda mais ignominiosa. Nesse ponto, Euclides da Cunha ainda está certo: foi um crime. ■



APONTE A CÂMERA PARA ESTAS PÁGINAS E LEIA TRECHO DO LIVRO



DISTORÇÕES Euclides da Cunha: para o autor de *Os Sertões*, Antonio Conselheiro era um caso de “misticismo bárbaro”